



6º Encontro Internacional de Política Social
13º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl
Marx para pensar a crise do capitalismo
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

Eixo: Classe social, gênero, raça, etnia e diversidade sexual.

**UMA NOVA ANÁLISE DA AÇÃO AFIRMATIVA COTA RACIAL SOB A
ÓTICA DO RECONHECIMENTO**

Soraya Gonçalves dos Santos Araújo¹

Resumo: A pesquisa pretende colaborar no debate em torno das questões que diz respeito a política de Ação Afirmativa no ensino superior em relação as teorias de reconhecimento. A pesquisa pretende colaborar no debate em torno das questões que diz respeito a política de Ação Afirmativa no ensino superior em relação as teorias de reconhecimento.

Palavras-chave: Ação afirmativa; Cota racial; Reconhecimento.

**A NEW ANALYSIS OF AFFIRMATIVE ACTION RACIAL QUOTAS UNDER
RECOGNITION OPTIC**

Abstract: The research intends to collaborate in the debate around the issues concerning the Affirmative Action policy in higher education in relation to recognition. The objective of this study is to investigate the possible subjective effects of the racial quotas policy on the public of this policy. It is hoped that the data collected will reflect on a dimension few explored by analyzes of racial quota politics: the esteem and social recognition of these policies.

Keywords: Affirmative action; Racial quotas; Recognition.

É de extrema importância revisitarmos alguns dos processos histórico-políticos da nossa sociedade antes de adentrarmos de fato na temática proposta. Isto é, temos ciência de que estes culminaram na necessidade de instauração de mecanismos de discriminação positiva à uma parcela da nossa população. Tal resgate permitirá, mesmo que de maneira limitada, explicitar as origens e os desdobramentos das tensões e conflitos sociais que ensejaram na criação das cotas raciais para estudantes negros no nosso país.

Já de antemão, frisa-se que o Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão – feito que nos possibilita apreender de que forma as elites agrárias do país pretendiam lidar com o projeto social e político no período. À época, no pós-abolição, a população liberta não recebeu qualquer suporte legal dos governos, sem acesso à bens e serviços. Além de, inclusive, disputar os postos de trabalho com os imigrantes europeus.

As interações interpessoais dos senhores feudais para com seus dependentes

¹ Mestranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. E-mail: <soraya_araujo@id.uff.br>.

eram perversas, com traços de crueldade. O tratamento que os patriarcas dispensavam as mulheres brancas, suas esposas, com as mulheres negras e índias, com seus próprios filhos denuncia toda a relação hierárquica das relações sociais no Brasil Colônia. As mulheres brancas assumem função meramente reprodutora dentro do espectro social. As mulheres negras e índias assumiram a função de saciadoras dos desejos e instintos sexuais do homem português – a partir da hipersexualização de seus corpos. E, por fim, os filhos, as crianças, que estavam sempre a receber castigos físicos e psicológicos de seus genitores. (SOUZA, 2006; NASCIMENTO, 1978).

Não obstante, no que concerne as mulheres negras¹, foram elas quem continuamente sofreram, pré e pós abolição da escravatura, com a relação de extrema desvantagem com o homem português (NASCIMENTO, 1978). Abdias do Nascimento afirma em sua obra que as mulheres negras foram duplamente violentadas pelos homens brancos. Uma dimensão diz respeito a exploração no trabalho, no que tange os afazeres domésticos e a administração de toda a dinâmica familiar, sempre nos bastidores, com trabalhos manuais e/ou compulsórios, não-reconhecidos e pouco dignificantes. E, ainda, numa dimensão sexual, no que concerne as sucessivas violências sexuais cometidas contra às mulheres negras. Mantê-las como prostitutas para angariar renda, agressões sexuais com a intenção de satisfazer desejos e promover a política de embranquecimento da população (NASCIMENTO, 1978).

São amplamente conhecidas as consequências advindas da escravidão africana e os desdobramentos desse modelo de organização societária no Brasil: racismo, racismo institucional, discriminação religiosa, social, desigualdades socioeconômicas, discrepâncias na distribuição de renda, posições díspares no acesso a emprego, saúde, cultura e educação.

Concomitante ao regime de escravidão, instaura-se um sistema simbólico que classifica valores, comportamentos e conduções de vida (SOUZA, 2006). Este sistema torna-se instrumento para naturalizar e perpetuar uma desigualdade estrutural em nossa sociedade onde indivíduos são hierarquizados entre qualificados e desqualificados. Não nos faltam dados e estatísticas que comprovem esta assimetria tanto no âmbito da renda,

¹ Fanon (2008) dá destaque em sua obra a relação das mulheres negras e os homens branco. De um ponto de visto psicossocial, o autor ilustra como no ideário da mulher negra antilhana há uma clara diferenciação entre o homem negro e o homem branco. Para essas mulheres, o ápice de sucesso pessoal é casar-se com um homem branco pura e simplesmente porque são homens brancos (FANON, 2008). A negritude não é vista com bons olhos e quanto mais clara for a tonalidade da pele, melhor.

da ocupação no mercado de trabalho e no nível de escolaridade. Nesse sentido, tais indicadores e dados funcionam como combustível para o debate.

Como o ingresso às universidades públicas é realizado a partir da lógica da meritocracia – que mais revalida as desigualdades do que equipara candidatos ao acesso – a política de Ação Afirmativa figura como uma política que reconhece a marginalização de setores sociais e o contexto de ampla desarmonia de condições entre a população. A Ação Afirmativa objetiva reparar as distorções, desigualdade e práticas discriminatórias aos grupos subrepresentados socialmente. Deste modo, surge também como uma alternativa para reparar as disparidades entre negros e brancos na educação superior.

A educação superior é um dos fatores de distinção entre os indivíduos na nossa sociedade. Visto que uma grande parcela da população brasileira é excluída do acesso à universidade, a proporção de profissionais qualificados com nível superior completo é pequena frente ao número de profissionais disponíveis no mercado de trabalho. Por esta razão, o salário dos profissionais mais qualificados consegue ser, no mínimo, duas vezes maior do que os profissionais menos qualificados, conforme estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

À vista disso, a educação é um importante propulsor de ascensão social, capaz de impactar permanentemente de forma positiva na renda agregada familiar e romper com o chamado “[...] ciclo cumulativo de desvantagens” (GUIMARÃES, 2002). Não obstante, mais do que uma forte correlação com a renda, a educação gera efeito também na auto estima, no prestígio e no reconhecimento social. Nossa preocupação reside, para além da esfera economicista, também na esfera simbólica, valorativa, cultural nas quais a adoção das cotas raciais pode proporcionar efeitos positivos para os grupos historicamente marginalizados.

Os diversos tipos de violências sofridas cotidianamente por grupos marginalizados na nossa sociedade, aqueles que estão mesmo na franja mais esgarçada das funções sociais e do prestígio social, acarretam em distorções subjetivas que demandam um olhar mais atento. Sob este aspecto, Honneth é muito influenciado pelas ideias de Hegel no que concerne a origem dos impulsos para os conflitos sociais. Honneth aponta que as inúmeras formas de privações, desrespeito, negligência e abusos experimentadas por esses grupos à margem da sociedade geraram os sentimentos necessários para as reivindicações por reconhecimento social. Como afirma o autor, a

gênese da luta por justiça social é permeada por sentimentos morais de injustiça (FRASER; HONNETH, 2003).

Esse debate nos fornece elementos que propiciam mais interpretações para a adoção da política de cotas raciais. Não apenas por uma interpretação de reparação histórica ou economicista, mas também na visão da construção de indivíduos com maior auto estima, prestígio e reconhecimento social.

O panorama de desigualdades experimentadas no Brasil não podem ser explicadas única e exclusivamente pelo recorte da cor/raça. Temos que ter em mente, em primeiro lugar, que estas desigualdades são frutos de um processo longo e perverso que concentra e se expande por diversas frentes. A variável cor/raça é uma variável dentre tantas outras capazes de explicar, em conjunto, a desigualdade brasileira (SOUZA, 2003, 2005, 2009).

Para construir um Estado-nação é necessário que se gere uma base simbólica de valores e signos, partilhados por todos, forte o suficiente para aglutinar alguns elementos no “imaginário social”. Além disso, tem que ser consistente o bastante para superar as relações microssociais de territorialidade e ainda enfrentar a base simbólica de valores e signos advindas do outro “externo”, numa espécie de competição entre “imaginários sociais”¹ (SOUZA, 2009).

As chamadas sociedades centrais, que concentram o desenvolvimento econômico, político, moral, cultural, bélico, ético do planeta, procuram universalizar a sua forma de condução de vida para outras partes do globo. Por conseguinte, as chamadas sociedades periféricas - sociedades que se localizam a margem do processo de construção de valores e signos dominantes - são constantemente bombardeadas de padrões e doutrinas que não são, muitas das vezes, aplicáveis às suas especificidades². Sem deixar de mencionar o fato que, em diversos casos, a absorção desse arsenal simbólico não se

¹ Em outras palavras, um Estado-nação terá sucesso quando conseguir criar, no imaginário social, um conjunto de valores morais, éticos, políticos que se contrapõem a qualquer outro e, ainda, resistir as investidas de outros imaginários sociais muito bem consolidados (SOUZA, 2009). É o caso do *American Way of Life* que tomou conta dos Estados Unidos da América e se espalhou por toda a América Latina como a forma correta para se conduzir a vida em sociedade. O estilo de vida americano ganhou tanta força e fez tanto sucesso, no âmbito material e imaterialmente, que conseguiu ultrapassar certos signos historicamente construídos em outros países do continente, como México, Canadá, Brasil e Panamá.

² Immanuel Wallerstein, em seu célebre livro “O universalismo europeu: a retórica do poder”, descreve de que maneira esse processo de bombardeamento material e imaterial das chamadas sociedades centrais ocorre no mundo. Wallerstein preocupa-se em construir a teoria do Sistema-Mundo visando explicar de que forma a expansão europeia e dos povos europeus se deu. Sabe-se, pois, que o poder militar, a exploração econômica, a injustiça em massa, a violação de direitos foram mascarados do discurso de “bem maior”, de “civilizatório” no intuito de ambicionar seus valores como universais (WALLERSTEIN, 2007).

realiza de maneira apropriada porque os países periféricos não possuem a estrutura necessária para consolidar tais valores e signos em suas sociedades.

Desta forma, as desigualdades que, num primeiro momento, eram lidas como sendo oriundas do mérito, ou do demérito, tornam-se resultado de um sistema muito mais amplo de variáveis que culminam nas dissimetrias existentes. Por essa ótica, fica mais fácil de questionar as práticas e justificações desses sistemas de desigualdade. As causas e os efeitos da assimetria social não convertem-se mais, de maneira substancial, em algo natural e justificável – para os corajosos o bastante para refletir criticamente sobre essa questão.

Souza explica que

O que está em jogo aqui é uma noção historicamente construída e culturalmente contingente de personalidade e de condução de vida que vai separar e unir, por vínculos de solidariedade e preconceito, pessoas e grupos sociais em superiores e inferiores, segundo critérios que passam a dever sua objetividade incontestável ao fato de estar inscritos na lógica opaca e intransparente de funcionamento de Estado e mercado. (SOUZA, 2005, p. 49)

O Estado e o mercado aparecem como instituições centrais na dinâmica desse sistema de desigualdade pois estes representam o complexo disciplinador e coercitivo do mundo moderno ocidental. Além disso, são trajados dos aparentes princípios de eficiência, moralidade, mérito e igualdade¹. No entanto, Souza (2005) esclarece que essa dupla institucional compõem o que se chama de uma “hierarquia valorativa implícita ao capitalismo” e que há um esforço, na ação conjunta de tais instituições, para criar uma lógica normativa neutra para o funcionamento das mesmas.

O Estado, em particular, é considerado um dos principais instrumentos de exercício dessas relações discrepantes entre os indivíduos, uma vez que detém o domínio do poder sobre o conjunto da sociedade. A reprodução dessas relações sociais desiguais é também a reprodução da dominação e este é um processo eminentemente político, conforme afirma Yamamoto (2000).

Diante do exposto, é necessário uma observação que vá além das aparências e das ilusões criadas por estas instituições para que nos deparemos com o cerne da questão da desigualdade: uma hierarquia em múltiplas esferas, que nos atinge por muitas frentes. Souza completa: “Afinal, será a noção de disciplina e controle do corpo e de suas emoções

¹ Souza aponta que o peso moral dessa construção é fundamental para a estruturação desse sistema. Assim, nas palavras do autor, “É precisamente esse ‘sentido’ moral que permite cimentar relações de identificação social e pertencimento grupal de modo a garantir laços efetivos de solidariedade entre os indivíduos e grupos [...]” (SOUZA, 2009, p. 31).

e necessidades, que passará a diferenciar imperceptivelmente, classes sociais, gênero, etnias, etc.” (SOUZA, 2005, p. 50).

Por esta razão, ao receber os estímulos específicos da dupla institucional Estado e Mercado, tais instituições estão gerando e alimentando, de forma não-neutra, uma rede com grande fissura dentro da estratificação social. Tal fissura assume uma bifurcação permanente em que se encontram os qualificados socialmente em uma parte e, em outra diametralmente oposta, encontram-se os desqualificados socialmente (SOUZA, 2005).

Conforme aponta Souza (2005), o primeiro grupo, os qualificados, serão aqueles contemplados com altos salários, estima e prestígio social e reconhecimento. São esses, pois, que conseguem êxito ao adaptarem-se as exigências veladas do sistema hierárquico valorativo. O outro grupo, por sua vez, os desqualificados, serão aqueles que receberam menos salários, pouca ou nenhuma estima e prestígio social e reconhecimento. Aqui, encontram-se aqueles que não obterão sucesso em se adaptar às exigências da dupla institucional Estado e mercado.

A partir desses dois grupos, Souza é novamente influenciado por Bourdieu e o conceito de *habitus* desenvolvido pelo sociólogo francês. Bourdieu (1983) debruça-se na teoria da prática, isto é, na compreensão de como se dá a construção das práticas ou das dinâmicas da prática dessa ordem societária. A partir de uma dialética da interioridade e da exterioridade – “interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade” –, o autor tenta, ao longo de toda a sua obra, sistematizar e formalizar de modo robusto o conceito de *habitus*.

Habitus seria um sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturantes que estão pré-dispostas a funcionarem como princípio gerador e estruturador de práticas e representações podendo ser ou não fruto de regras e obediência, de forma conscientes ou não pelos indivíduos. São, por assim dizer, uma matriz de percepção, de apreciações e de ações que integra todas as experiências passadas (BOURDIEU, 1983). Além disso, Bourdieu completa que

Cada agente, quer ele saiba ou não, quer ele queira ou não, é produtor e reproduzidor de sentido objetivo: porque suas ações e suas obras são o produto de um *modus operandi* do qual ele não é produtor e do qual não tem o domínio consciente [...] (BOURDIEU, 1983, p. 73).

O *habitus* é, então, a representação de algo que acompanha o indivíduo em todo tempo e em todo lugar, na forma de sua posição presente e passada na estrutura social. É por essa razão que também o *habitus* possui a característica de ser uma engrenagem da própria história, em conformidade com o princípio de continuidade, uma vez que produz práticas e histórias, individuais e coletivas. (Bourdieu, 1983). Souza (2005) nos faz outro alerta: regras não são conhecimentos inatos. São, por outro lado, aprendidas socialmente pela prática. Dessa maneira, conseguem ser explicadas – quando questionadas – porquê o são, como o são e para quê o são.

Tendo esse conceito em mente, Souza (2005) indica que exista uma espécie de legitimação dessa política do mérito, ou do demérito, a partir de elementos não-explicitos formalizados pela dupla institucional, Estado e mercado. A relação entre *habitus* e o sistema de hierarquias valorativas permite explicar tanto as ações disciplinadoras e coercitivas das instituições quanto os signos que são carregados pelos indivíduos dando-os visibilidade social – ainda que de maneira pré-reflexiva (SOUZA, 2005).

Diante dessa trama de relações que é possível, segundo Souza (2005), fazer interpretações sofisticadas das especificidades da sociedade brasileira, uma sociedade periférica. O autor explica que, diferente dos outros tipos de análise, como personalistas ou patrimonialistas, é viável compreender as mazelas sociais e a desigualdade extrema da sociedade brasileira a partir de uma análise que coloque em foco também o dinamismo das instituições impessoais. Uma vez que são estas instituições que produzem e reproduzem um esquema hierárquico valorativo diferencial entre os agentes sociais. Compreende-se, pois, que as instituições são perpassadas por valores e escolhas avaliativas e, uma vez o sendo, não podem ser pensadas sem elas (SOUZA, 2006).

Temos aqui, portanto, o cerne da questão da nossa formação social enquanto sociedade estratificada: é a reprodução de um *habitus* que não está adaptável as demandas exigidas pelas instituições centrais. Não é meramente uma vínculo histórico com um determinado povo, uma persistente e severa utilização de um tipo de mão-de-obra, nem a forma operacional da política econômica que explicam a inadaptação e/ou marginalização de nossa sociedade. É, sim, um preconceito com um *habitus* específico – julgado como improdutivo – e que comanda todas as classificações e distinções sociais nesse contexto legitimador impessoal (SOUZA, 2005).

A imagem pacífica das relações raciais brasileira tem como modelos as hostilidades e tensões dos países em que essas relações foram fortemente marcadas pela discriminação direta e formal. O Brasil, assim sendo, tinha como padrão de sociedades racistas e discriminatórias aquelas que passavam por processos similares aos dos Estados Unidos e da África do Sul. Nesses países, houve conflitos excessivamente violento e repressivos, como é o caso da Guerra Civil Americana que teve por estopim a mão de obra escrava, e o sistema legal de *apartheid*, no caso sul-africano que consistia num regime de segregação racial, decretado em lei, o qual perdurou entre os anos de 1948 a 1994.

No Brasil, por outro lado, as relações eram mais íntimas, mais fluídas. A forte construção cultural de uma país mestiço, harmônico entre as raças deu a ilusão de que as nossas relações raciais não foram, de modo algum, comparáveis as experiências de outras sociedades ditas racistas. A ideia de cordialidade do povo brasileiro foi incrivelmente penetrada no imaginário social brasileiro e é, até hoje, um dos valores morais mais característicos de nossa sociedade. Um povo com aversão ao conflito, ao atrito, ao contraditório, ao embate e a crítica (SOUZA, 2009).

A assim chamada “ralé brasileira” é, pois, todo o contingente de escravos, escravos libertos, mulheres e crianças que não fazem parte do núcleo duro da produção material e simbólica da sociedade moderna. E, como vimos, estão sempre à margem econômica, política, social e culturalmente porque carregam em si os signos da inferioridade, do não-reconhecimento, do desprestígio social¹. Além disso, atualmente, essa “ralé” existe e se assemelha bastante com os padrões de exclusões sofridos pelos escravos. Embora, hoje, não sejam mais utilizados os castigos físicos e as amarradas (SOUZA, 2006).

É importante ter em mente que, não apenas os indivíduos de cor e frutos direto da tirania dos governos escravistas se enquadram nesse contingente chamado de “ralé” por Souza. Todos os indivíduos, seja de quaisquer cor ou raça, pertencem a essa “ralé” na medida em que estão circunscritos a uma lógica de não-reconhecimento social, inexistente ou pouca ascensão social – quando ocorria - e a violência.²

¹ Conforme Souza explica: “Deste modo, não é apenas a pobreza material e a escassez que se constitui como fator explicativo básico no horizonte moral do dependente, mas especialmente a sua pobreza espiritual, moral e simbólica em sentido amplo, que transforma a violência no único código legítimo.” (SOUZA, 2006, p. 124).

² Em sociedades escravocratas, o senhor feudal e o escravo figuravam como os dois indivíduos mais importante no funcionamento social, político e econômico. O senhor feudal como a essência dominante e

A violência é a linguagem falada, sentida e obedecida por esse contingente. Em um cenário de ausências – seja de uma explícita conduta moral e ética internalizada e articulada, seja de mecanismos externos de fiscalização dessas condutas – aliando pobreza e instabilidade, a violência é o signo mais aceito e legítimo entre os indivíduos. Não é, portanto, a pobreza material e a escassez material os fatores explicativos para a constituição dessa massa populacional que está sempre à mercê das esferas dominantes. Mais do que isso: é um pobreza espiritual, simbólica, moral e ética que transformam a violência na única linguagem de legitimação social (SOUZA, 2006).

Em quadros de extrema privação, até mesmo a sociabilidade primária dos negros estava comprometida. A configuração de suas famílias estavam tão porosa a ponto de não se chamar de unidade. As habitações, muitas vezes os cortiços e as favelas das cidades grandes, não tinham a mais mínima condição de serem consideradas de um ambiente salubre. A criminalidade, a prostituição e os vícios em álcool e drogas foram traços característicos desse grupo social (SOUZA, 2006). É dentro dessa redoma que os negros (não) constroem suas referências de vida, suas percepções de mundo, seus vínculos afetivos e sentidos de solidariedade e comunidade.

Tendo isso em mente, é precisamente essa construção tão peculiar que configura um *habitus* precário (SOUZA, 2006). Jessé Souza lança mão do conceito de *habitus* para explicar que a marginalização dos negros em nossa sociedade não é fruto apenas da discriminação pela cor. Todo a sua argumentação é pautada sobre esta concepção de *habitus* precário, com toques sofisticados de meritocracia em sua aparência. Para o autor, a marginalização desses grupos sociais é sim, e em última instância, derivada da construção débil de uma

[...] apropriação de esquemas cognitivos e avaliativos transmitidos e incorporados de modo pré-reflexivo e automático no ambiente familiar desde a mais tenra idade, permitindo a constituição de redes sociais, também pré-reflexivas e automáticas, que cimentam solidariedade e identificação, por um lado, e antipatia e preconceito, por outro [...] (SOUZA, 2006, p. 158).

Esse contexto de destituições é o responsável por construir um padrão de desigualdade estrutural para este grupo societário. Estes indivíduos partilham de valores, comportamentos e signos que são os únicos possíveis diante da situação de constantes

o escravo como a essência dominada. Todos os outros indivíduos ocupam os lugares às margens da ordenação social – visto que eram libertos, livres e não seriam tratados como escravos. Mas também não tinham a capacidade de alterar o cerne de funcionamento da sociedade porque viviam sempre numa relação de dependência com os senhores feudais (SOUZA, 2006). Assumem, portanto, uma função secundária socialmente, dispensável, descartável.

ausências. Esse compartilhamento é, por sua vez, e não deixaria de ser, incompatível com o modelo de sociedade incansavelmente proposto pelas classes dominantes. O *habitus* desses indivíduos marginalizados é considera inútil, improdutivo, indigno dentro da lógica da sociedade competitiva¹ (SOUZA, 2006).

A interseção da destituição e da incompatibilidade resulta no cerne da problemática levantada. É relevante mencionar que a variável cor é um agravante para a situação desse indivíduo, mas o ponto em comum de abandono e inadaptação pode acometer a qualquer indivíduo, sem resguardo de cor/raça (SOUZA, 2006). Não é em virtude do preconceito de cor que temos taxas de assimetria social tão alarmantes.

Souza nos faz um alerta que me parece ser vital para a compreensão do núcleo desse problema. A situação de marginalização sofrida por esses grupos não é compulsória, temporária, mutável a partir de um grande desenvolvimento econômico (SOUZA, 2006). Devemos mitigar tais explicações economicistas do debate por reduzirem apenas a esta variável como a solução para a desigualdade. Se assim o fossem, como se explicam as gritantes taxas de desigualdade e crescente pobreza no país com o maior Produto Interno Bruto (PIB) do mundo? Os EUA possuem dados estratosféricos de produção de riqueza, embora também tenha um quadro crônico de desigualdade e pobreza estrutural.

As desigualdades, portanto, não podem ser lidas através de uma lente econômica, em que a disposição de mais riqueza, bens e serviços materiais é capaz de dar fim a essa problemática. O remédio econômico serviria apenas para tratar de um sintoma, e não da real causa deste fenômeno. Serão necessários outros remédios, em doses combinadas, para atacar a célula principal da desigualdade. Dentro de um sistema que inclui, exclui, torna superior e inferior, é preciso ter em mente a incapacidade de resolução dos mecanismos puramente econômicos.

Essa incorporação distorcida do *habitus* frente às demandas da sociedade capitalista sugerem que existam cidadãos completos, aptos, úteis e dignos e indivíduos que não são considerados cidadãos plenos (SOUZA, 2006). Isto porque, no momento de transição da sociedade mercantil para a sociedade capitalista competitiva, houve intensa mudança do que, até então, entendia-se como sociedade. A prevalência do *status*

¹ Souza completa: “[...] é precisamente o abandono secular do negro e do dependente de qualquer cor à própria sorte a ‘causa’ óbvia da sua inadaptação. Foi este abandono que criou condições perversas de eternização de um ‘habitus precário’, que constringe esses grupos a uma vida marginal e humilhante à margem da sociedade incluída” (SOUZA, 2006, p. 160).

senhoria], da honra, da personalização foram paulatinamente substituídos pela visão de mundo e condução da vida da classe que figura como dominante, a burguesa. Esta classe logrou êxito em ditar, a partir de uma hierarquia valorativa simbólica, sua personalidade e seu comportamento como sendo o centro de referência para toda a sociedade. Àqueles que não conseguiram adaptar-se a nova ordem social, seriam automaticamente considerados excluídos, inaptos, desprezíveis.

A formação de esquemas e predisposições valorativas capazes de homogeneizar na sociedade funcionam como uma grande rede invisível, que é construída a partir do compartilhamento dos mesmos valores no que se refere a dignidade, a cidadania, a comunidade, a reconhecimento social. Ao conseguir equalizar um padrão de signos cognitivos e valorativo, de forma pré-reflexiva, os indivíduos sucedem em reconhecer uns aos outros como iguais, em um mesmo patamar de material e imaterial social, na medida em que tem consideração pelo que o outro é (SOUZA, 2006). Ao partilhar dos mesmos esquemas, estes sujeitos obtém significativo sucesso ao construir a noção jurídica de igualdade e, posteriormente, na noção moderna de cidadania.

Como já vimos, os indivíduos que lograram sucesso em adaptar-se à nova ordem societária no Brasil pós-1930, lograram sucesso também em efetivarem-se como cidadão. Por outro lado, aos que não tiveram a mesma sorte, os chamaremos de subcidadãos (SOUZA, 2006). Os subcidadãos são aqueles que, mais uma vez, não atenderam às demandas específicas da sociedade competitiva de maneira objetiva e subjetiva – não possuem um amadurecimento emocional, autocontrole de suas emoções, senso de autoresponsabilidade, vontade de empreender e de gerar riqueza, natureza disciplinadora etc. Essas características foram internalizadas e incorporadas pelos sujeitos que compõem a burguesa de forma pré-reflexiva, automática, desde a mais tenra idade. O domínio desse conjunto de ideais, valores, princípios, normas e ações possibilita a condição de ser considerado gente, alguém que constitui com prestígio a ordem social. Por esta razão, os sujeitos que não partilharam dessas mesmas características, não dominam o conjunto desses valores, não o internalizaram e o incorporaram como a sua filosofia de vida ficam impossibilitados de angariar o *status* de igualdade e cidadania dos considerados cidadãos¹.

¹ Em outras palavras, Souza explica que “Essa hierarquia valorativa implícita e ancorada institucionalmente de forma invisível enquanto tal é que define quem é ou não ‘gente’, sempre segundo seus critérios contingentes e culturalmente determinados e, por consequência, quem é ou não cidadão, na medida em que a eficácia da regra da igualdade, que constitui a noção de cidadania, precisa estar efetivamente internalizada

Desfazer do ideário social o retrato de que os negros são inferiores aos brancos em todos os aspectos é uma árdua tarefa. Essa luta se dá no interior e no exterior do negro porque é preciso desconstruir a autoimagem inferiorizada para, somente após, construir uma imagem positiva de si mesmo para considerarem-se cidadãos com amplos direitos e merecedores de reconhecimento.

Tais efeitos da discriminação, tanto do passado quanto do presente, podem ser analisadas nas estatísticas oficiais dos governos de diversos países. Os indicadores sociais revelam uma similaridade entre os países: as minorias são alvos permanentes da não-preferência entre os trabalhadores, entre os estudantes universitários, entre os candidatos aos cargos e funções de prestígio. Os negros pobres brasileiros, por exemplo, são os que possuem o menor índice de escolaridade se comparados aos outros sujeitos da estrutura social. Em relação ao recorte de gênero, a mulher negra pobre encontra-se no patamar mais baixo desse panorama. Essa realidade vivenciada no país não é uma exclusividade brasileira – é uma tendência global.

Romper com o fenômeno social de produção e reprodução desta discriminação e desigualdade social é fundamental em sociedades que procuram equidade e o senso de justiça social. Utilizando-se das políticas de ação afirmativa é possível, mesmo que timidamente, reverter este quadro que conserva os mais excluídos socialmente nas esferas mais baixas da estratificação econômica. Isto é, tais políticas buscam alterar o cenário extremamente desigual no campo educacional e socioeconômico.

A educação superior é um dos fatores de distinção entre os indivíduos na nossa sociedade. Ambiente de notável prestígio social, as universidades – especialmente as públicas – são os trampolins de inúmeros sujeitos. Quanto maior o grau de escolaridade, maior a influência entre os seus e perante a coletividade. A universidade é o espaço social de criação e investigação do saber-fazer bem como da socialização de conhecimento.

Salvo exceções, os postos de maior reputação e importância social, em determinado contexto social, são disputados entre os indivíduos que detém um vasto arcabouço cultural (daqueles elementos que são socialmente valorizados como “a cultura”) e que muito provavelmente tiveram acesso ao saber-fazer universitário,

e incorporada pré-reflexivamente, também nesta dimensão subpolítica da opacidade cotidiana, para ter validade efetiva” (SOUZA, 2006, p. 180).

aproximação de cultura e língua estrangeira, cursos de especialização, entre outros subsídios. Na atual sociedade, o mercado de trabalho espera do profissional nada menos que a excelência, a polivalência, a diplomacia. Em um cenário como esse, aquele sujeito que estiver melhor preparado reúne as melhores condições de pleitear as funções de renome.

Como já mencionado, a universidade é o *locus* de privilégio social e, desta maneira, tende a possuir um perfil que difere daquele encontrado na população brasileira em geral. Carvalho (2005) ilustra de forma bem clara como os pretos e pardos estão distantes do universo da academia. O autor afirma não ter

conhecimento de nenhum país do mundo que tenha essa composição, não somente pluriétnica mas também polarizada racialmente, e em que o contingente de brancos, de pouco mais de 50% da população, tenha tal preponderância no mundo acadêmico a ponto de barrar (in)conscientemente o outro grupo racial majoritário (que representa 47% da população) fora do sistema universitário, deixando-o com menos de 1% entre os professores e pesquisadores e menos de 10% entre os estudantes (CARVALHO, 2005, p.43)

Conforme dados divulgados na Síntese dos Indicadores Sociais, no ano de 2014, a proporção de estudantes com idade entre 18-24 anos que frequentavam o ensino superior e declaravam-se brancos é de 71,4%, contra 45,5% dos pretos ou pardos. Vale mencionar que, ainda que dados revelem um aumento da presença de negros nessa faixa etária dentro das universidades na última década, a proporção de pretos e pardos hoje não conseguiu ultrapassar a proporção de brancos há 10 anos, que era de 47,2%.

Os dados e pesquisas apontam para peculiaridades que moldam a educação superior no Brasil: a academia brasileira é predominantemente branca, com poder aquisitivo acima da média nacional. Os conteúdos são majoritariamente eurocêntricos, não pondo em papel de destaque a história, a cultura e os valores originários da África e da América do Sul. Os docentes são, em esmagador predomínio, brancos. As chefias de departamentos, direção e assistentes administrativos são conduzidos por brancos. Encontramos mais facilmente os pretos e pardos desempenhando atividades de serviços gerais do que ministrando aulas, coordenando laboratórios ou departamentos nas universidades.

Além do mais, segundo Carvalho, “[...] não podemos continuar convivendo com um sistema informal de cotas que reserva 98% dos melhores empregos e posições de mando na sociedade exclusivamente para os brancos e ainda chamar essa proteção aos brancos de meritocracia” (CARVALHO, 2005, p. 39).

A adoção de um mecanismo de admissão preferencial para os grupos minoritários está convergindo com a ideia central do princípio de igualdade – que busca promover uma igualdade material entre os sujeitos sociais. Mas, para além dessa busca de igualdade material, é dentro da universidade que esses indivíduos construiram suas identidades, angariarão *status* e prestígio social.

A adoção da reserva de vaga é, além de um mecanismo para equalizar as oportunidades de acesso a bens e serviços entre os sujeitos sociais, uma ferramenta para balizar sentimentos de autoreconhecimento, autoaceitação, autoafirmação, auto estima.

A experiência com a universidade é um divisor de águas na vida de muitos estudantes e principalmente dos alunos cotistas. Novas formas de sociabilidade, novos horizontes, novas ferramentas para aprendizagem, novos contatos. Esse novo universo com o qual estão tendo a primeira vivência é fundamental para romper com um ciclo vicioso de signos e imperativos negativos em suas vidas.

A universidade torna-se o local em que esses indivíduos poderão fomentar seus mais diversos capitais – humano, emocional, financeiro – e lograrão mais chances de sucesso no mercado de trabalho. A educação, como se sabe, é um tipo de investimento primordial para alteração permanente da renda agregada do indivíduo e de sua família. Diversos estudos apontam para a relação positiva entre as variáveis educação e mercado de trabalho. Portanto, dar a possibilidade dos sujeitos historicamente marginalizados se capacitarem, se orientarem, se formarem é aumentar suas chances de serem bem sucedidos em mais de uma esfera de vida: pessoal, profissional, emocional.

Dito isso, mais do que uma política de ação afirmativa, a medida de reserva de vaga para pessoas pretas, pardas e indígenas é uma revolução interna, capaz de instigar a construção de prestígio social nunca antes conquistado, de reconhecimento nunca antes experimentado e de auto estima nunca antes sentida. Para além dos ganhos materiais, existe um oceano de ganhos simbólicos.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. Renato Ortiz (org.). São Paulo: Autira, 1983

CARVALHO, José Jorge de. **Inclusão étnica e racial no Brasil**: a questão das cotas no ensino superior. São Paulo: Attar, 2005.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FRASER, N.; HONNETH, A. **Redistribution or recognition?** A political-philosophical exchange. Londres; Nova Iorque: Verso, 2003.

GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, raças e democracia.** São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 13. ed. São Paulo: Cortez; CELATS, 2000

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania.** Belo Horizonte: UFMG; IUPERJ, 2003.

SOUZA, Jessé. Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira. **Lua Nova**, São Paulo, n. 65, p. 43-69, 2005.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu:** a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.